

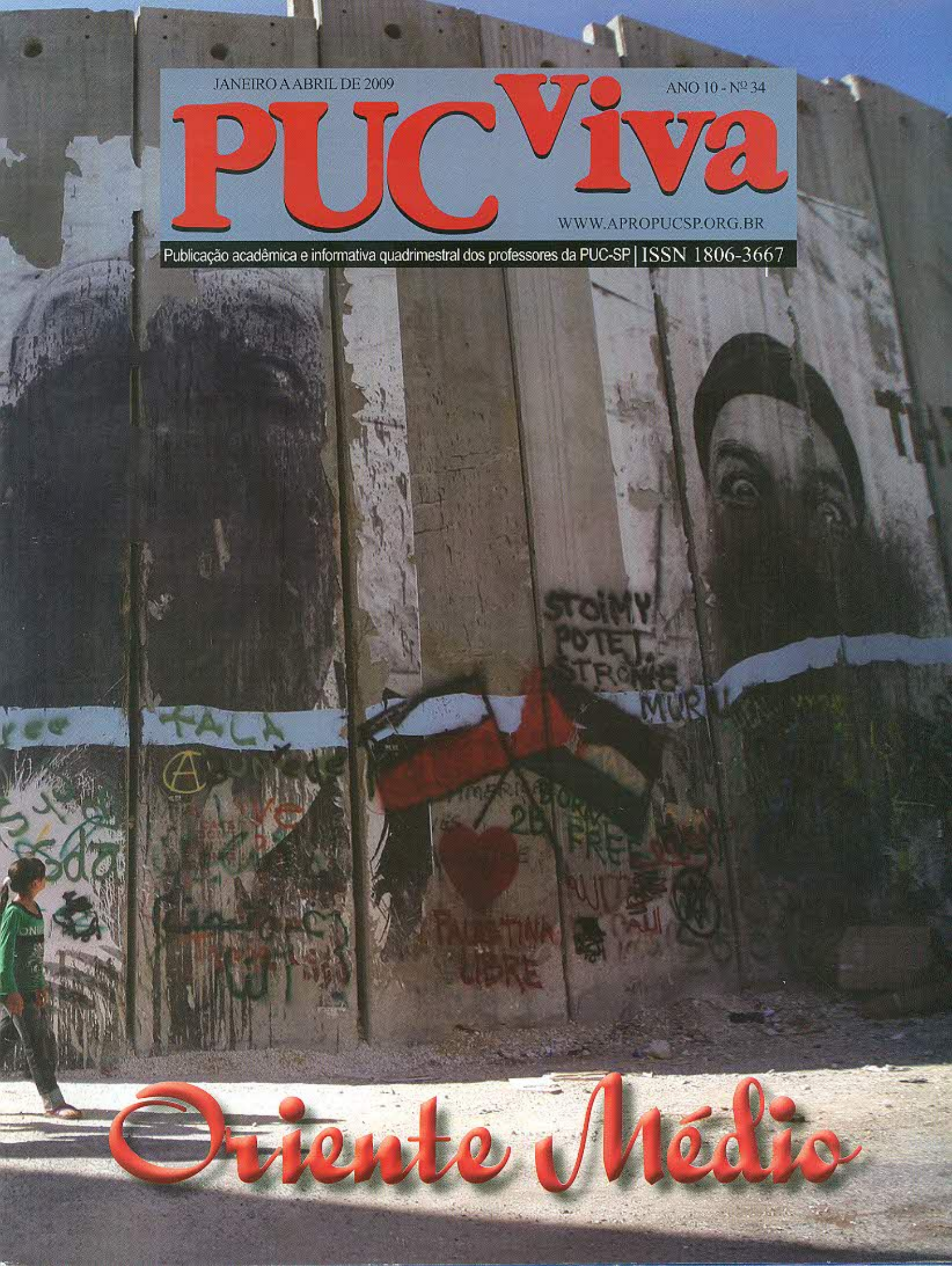
JANEIRO A ABRIL DE 2009

ANO 10 - Nº 34

PUC Viva

WWW.APROPUCSP.ORG.BR

Publicação acadêmica e informativa quadrimestral dos professores da PUC-SP | ISSN 1806-3667



Oriente Médio

IMPERIALISMO – E NÃO “RAÇA”, “RELIGIÃO” OU “ETNIA” – PRODUZ A GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

Bibliotecas imensas já foram escritas sobre os conflitos contemporâneos no Oriente Médio, entre os quais a “questão palestina” ocupa, sem dúvida, lugar de destaque. No horizonte das possibilidades previsíveis, outras bibliotecas ainda serão escritas, antes que a região encontre um ponto de equilíbrio-estável, decente e civilizado. Mas não é tão impossível assim imaginar um prazo para que isso finalmente – e na melhor das hipóteses eventualmente – aconteça: ele está vinculado às reservas existentes de petróleo na região, aos rumos que a economia capitalista mundial adotará no futuro próximo, em termos de sua relação com o meio ambiente e com a evolução tecnológica (aumentando ou diminuindo a sua dependência do “ouro negro”) e à capacidade da resistência dos povos às múltiplas formas de dominação que o imperialismo promove, financia, arma e sustenta em todo o planeta.

Afirmamos, com isso, que os conflitos no Oriente Médio, incluindo a guerra entre árabes e israelenses, não são provocados por questões étnicas, religiosas, culturais, como costumam afirmar “especialistas” e “orientalistas” como Samuel Huntington. Nem são “conflitos milenares” (talvez produzidos por alguma misteriosa incompatibilidade genética). São o resultado de uma história concreta, iniciada com a divisão imperialista do Oriente Médio, produzida a partir do século XIX, pelo imperialismo franco-britânico – apenas para nos referirmos ao período mais recente – que, desde 1908, quando foram descobertas as reservas de petróleo no Irã, fizeram o possível para assegurar o seu controle.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a região passou a ser alvo da disputa entre as potências que dividiram o mundo em “áreas de influência” – União Soviética e Estados Unidos – e, finalmente, com o fim da Guerra Fria, os senhores de Washington passaram a ter a palavra final na região, devidamente auxiliados por alguns aliados incondicionais, em particular o Estado de Israel e a monarquia saudita. Outros governos árabes – em geral, reinados e ditaduras corruptas encarregadas de administrar os estados artificiais criados pelas potências coloniais – dançaram ao sabor do jogo de forças entre as potências.

Os povos do Oriente Médio foram a grande vítima desse jogo. Isso inclui, obviamente, o povo judeu, mas não numa relação simétrica ou equivalente. Dados os interesses geopolíticos dos Estados Unidos, o Estado de Israel goza de uma proteção militar e econômica absoluta – que inclui a doação, pelo tesouro estadunidense, de pelo menos dez bilhões de dólares anuais como forma de “subsídio”, além da cumplicidade bélica (que inclui a permissão para Israel estocar dezenas de bombas atômicas; alguns especialistas chegam a falar em 200 ogivas nucleares). Os palestinos, em contrapartida, lutam com paus e pedras contra os ocupantes israelenses, que, ignorando solenemente todas as resoluções da ONU, mantêm a ocupação da Cisjordânia, o controle militar sobre a Faixa de Gaza e não cessa a construção de novos assentamentos em áreas palestinas.

Mas – novamente – nada disso significa que há um conflito entre dois ou mais povos. Há judeus israelenses que lutam por uma paz justa com os palestinos, e há árabes palestinos que colaboram com os invasores e ocupantes israelenses. Isso acontece, precisamente, por não se tratar de lutas étnicas, raciais ou religiosas, mas sim de interesses políticos e econômicos. Os povos só encontrarão a paz quando os senhores da guerra – aqueles que lucram, de todos os lados, com o comércio, principalmente, do petróleo e das armas – forem derrotados.

É com essa perspectiva concreta que produzimos a presente edição especial sobre os conflitos no Oriente Médio. Não somos “neutros”: ao contrário, defendemos uma paz justa entre árabes e judeus, assim como o reconhecimento dos direitos de todas as minorias, incluindo as reivindicações do povo curdo pelo seu próprio território. Sabemos, também, que as ideologias nacionalistas e patrióticas jamais oferecerão qualquer solução ao Oriente Médio, pois, mais do que nunca, trata-se, ali, de todos reconhecerem o direito do outro à existência. Assumimos, portanto, uma perspectiva de apoio internacionalista à união entre todos os povos da região, contra as aves de rapina e os opressores de todas as cores e matizes, como única forma de suspender a matança e pavimentar o caminho da paz.

O que isso significará, concretamente, no caso de judeus e palestinos? Dois estados para os dois povos? Um estado para os dois povos? Uma “confederação semítica”, em que israelenses e palestinos preservarão alguma forma de autonomia? Ninguém tem a resposta, mas ela deverá ser encontrada nas ruas, no curso das batalhas em que jovens e trabalhadores, árabes e judeus, deverão travar conjuntamente contra o imperialismo e seus títeres. Aos que pensam ser isso uma “utopia”, só nos resta responder que utopia maior – e tão reacionária quanto sangrenta – é imaginar que a solução será dada por acordos palacianos.

Foram os acordos palacianos entre as potências imperiais que geraram os atuais conflitos. Eles só serão superados sobre os escombros do imperialismo.

José Arbex

Agradecimentos

Este número da PUCviva se deve, em grande medida, à colaboração do Instituto da Cultura Árabe (ICArabe). Agradecemos pelo auxílio na indicação de pesquisadores e estudiosos da cultura árabe. O ICArabe agrupa intelectuais escritores, jornalistas, professores e outros profissionais que buscam conhecer, estudar, divulgar e promover a cultura árabe. (www.icarabe.org)

**Associação dos Professores
da PUC-SP – APROPUC**

Diretoria

Presidente:

Maria Beatriz Costa Abramides

Vice-presidente:

Ivan Rodrigues Martin

1º Secretário:

Willis Santiago Guerra Filho

2ª Secretária:

Priscilla Cornalbas

1ª Tesoureira:

Victoria Claire Weischtordt

2ª Tesoureira:

Rachel Pereira Balsalobre

Suplentes

Sandra Gagliardi Sanchez

João Batista Teixeira

Comissão de Cultura

Erson Martins de Oliveira

José Arbex Jr.

Maria Lúcia Silva Barroco

Comissão de Educação

Wagner Wuo

Carlos Shimote

Comissão Jurídica

Leonardo Massud

Mauro César Bullara Arjona



Conselho Editorial

**José Arbex Jr., Leonardo Massud, Maria Beatriz
Costa Abramides, Priscilla Cornalbas, Sandra
Gagliardi Sanchez, Wagner Wuo, Willis Guerra**

Editoria-Geral

José Arbex

Maria Beatriz Costa Abramides

Editor Executivo

Ricardo Melani

Preparação e Revisão

Véra Regina Maselli

Editoração Eletrônica

Mauro Teles

Impressão

Rettec Artes Gráficas

Fotos: reprodução

Tiragem: 2.000 exemplares

Normas de Publicação

A revista *PUCviva* é uma publicação trimestral da Associação dos Professores da PUC-SP – APROPUC.

A revista trata de temas da atualidade nacional e internacional, com a publicação de artigos informativos, acadêmicos e científicos.

A revista visa principalmente divulgar as diferentes posições críticas e promover o debate sobre os temas abordados.

Os temas são aprovados pela diretoria da APROPUC e todos os artigos são submetidos à aprovação do Conselho Editorial.

Os artigos devem ter no máximo 15 mil caracteres, salvo nos casos de veiculação de documentos históricos. O Conselho Editorial poderá recusar a publicação de artigos que não atendam a especificação definida e os objetivos da revista.

Os artigos devem ser entregues nos prazos estabelecidos para cada edição, preferencialmente em versão eletrônica, com título, subtítulos, intertítulos e créditos.

A entrega de artigos para a revista pressupõe a cessão de direitos autorais para esta publicação.

Todas as propostas de artigos devem ser encaminhadas para a APROPUC, aos cuidados do Editor-Geral da revista.

A PROPUC

Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira 407 – Perdizes

CEP 05.009-000 - São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-2685 - apropuc@uol.com.br

Sumário

- 6 Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina
Arlene E. Clemesha
- 13 Reflexões sobre o Nacionalismo Árabe
José Arbex Jr.
- 23 Rumo a um novo Oriente Médio?
Gershon Knispel
- 31 Reflexões sobre o mundo árabe contemporâneo
José Farhat
- 36 O conflito do Oriente Médio não cabe na camisa de força ideológica
Franklin Goldgrub
- 40 2009 – Nova realidade no Oriente Médio?
Samuel Feldberg
- 44 As perspectivas da luta palestina após o massacre em Gaza
Waldo Mermelstein
- 49 Estado de Israel e a luta palestina: origens e perspectivas
Simone Ishibashi
- 53 Gaza, as eleições em Israel e a resistência política
Kalid Almair; Tariq Kader; Indra Habash
- 57 Ocupação Invisível
Soraya Misleh
- 60 Diplomacia das arábias
Alexandre Rocha
- 64 Irã: o que está em jogo
Oswaldo Coggiola
- 68 Irã: sob ameaça de intervenção imperialista
Erson Martins de Oliveira e Sérgio Augusto Brunetto



Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina

ARLENE E. CLEMESHA

O êxodo de aproximadamente 800 mil árabes da Palestina de 1947 a 1949 foi o principal fato constitutivo da sua história moderna, mas recebeu diferentes versões ao longo dos últimos sessenta anos. Esse estudo se concentra em alguns aportes da historiografia palestina e israelense, oriundas de pesquisas em história oral e a abertura de arquivos em Israel. Levanta o problema da restituição da propriedade palestina confiscada pelo nascente Estado de Israel e indica, finalmente, a importância do reconhecimento da expulsão do povo palestino e a realização de seus direitos humanos, para qualquer processo interno de reconciliação.

A elaboração da ideia de “transferência”

Os escritos dos fundadores do movimento sionista (político e laico) indicam que a ideia de “transferência” da

população árabe autóctone para além das fronteiras de seu país, para a criação de um Estado exclusivamente judeu na Palestina, era parte do projeto sionista desde o início do seu empreendimento colonizador, isto é, desde o final do século XIX. Theodor Herzl, fundador da Organização Sionista, na Basileia, Suíça, 1897, e autor de *Der Judenstaat* (O estado judeu) em 1896, escreveu em seu diário, em 12 de junho de 1895: “devemos expropriar com cuidado”, “tentaremos expulsar a população miserável para além da fronteira (...) negando-lhe qualquer emprego em nosso país... Tanto o processo de expropriação como a retirada dos pobres deve ser executada de maneira discreta e circunspecta”¹.

O mito sionista da “terra sem povo para um povo sem terra” – expressão típica do olhar colonizador europeu sobre o “Oriente” – foi amplamente divulgado nesse momento. Ao mesmo tempo, a Organização Sionista implementava uma

prática colonialista que implicava não a exploração da mão de obra árabe palestina mas a sua exclusão paulatina. Entre os pilares da colonização sionista constavam as políticas de: “conquista da terra”, isto é, a aquisição de terra na Palestina pelo Fundo Nacional Judeu², esvaziada de seus camponeses, *fallabin*, palestinos, não obstante o fato de que não mais de 6-9% da terra do futuro estado chegou a ser adquirida dessa forma; e “conquista do trabalho”, que significava reservar os postos de trabalho criados pela nova comunidade para judeus apenas. Em outras palavras, tratava-se de um boicote deliberado do trabalho árabe, forçando os árabes palestinos a emigrar em busca de trabalho fora das regiões conquistadas pela Organização Sionista.

O Mandato Britânico da Palestina, vigente de 1922 a 1948³, deu impulso decisivo ao projeto sionista, permitindo que, no final dos anos 1930, os líderes sionistas comesçassem a traduzir sua visão de exclusividade judaica em planos mais concretos. Novas perspectivas foram abertas para o sionismo em julho de 1937, quando a Real Comissão de Inquérito, denominada Comissão Peel, recomendou, pela primeira vez, a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e um árabe, incluindo a possibilidade de “transferência” da população árabe para fora do território onde seria criado o Estado judeu. A região delimitada para o Estado judeu somava 20% da Palestina histórica e incluía as cidades palestinas de Jaffa, Acre, Haifa e Nazaré. A região em torno de Jerusalém continuaria sob o governo do Mandato Britânico e o restante do país, cerca de 70%, permaneceria árabe.

Um mês depois, em 7 de agosto de 1937, no XX Congresso Sionista, reunido em Zurique especificamente para avaliar as propostas da Comissão Peel, o líder sionista David Ben-Gurion apresentou a ideia de que o *yishuv* (a comunidade sionista na Palestina antes da criação do Estado de Israel) devia tomar em suas mãos a realização da transferência, sem depender, para isso, dos britânicos:

A transferência populacional já foi realizada no Vale [Jezreel], em Sharon [a planície] e outros locais. Vocês estão a par do trabalho do Fundo Nacional Judeu (FNJ) nesse caso [referência às expulsões esporádicas – *sic, a.n.* – de comunidades camponesas árabes de terras adquiridas pelo FNJ]. Trata-se agora de uma transferência em dimensões totalmente diferentes. Novos assentamentos judeus, em várias partes do país, só serão possíveis se houver a transferência dos *fallabin* árabes... (Cf. Morris, 2007: 43)

Apesar de o território demarcado para o Estado judeu pelo Plano de Partilha da Comissão Peel ser muito inferior às ambições sionistas, a liderança respondeu favoravelmente, ciente da importância simbólica que tinha nesse momento o simples reconhecimento oficial do princípio de autodeterminação nacional judaica (mesmo que em apenas parte da Palestina). Em 12 de dezembro de 1938, depois que a revolta árabe de 1936-39 já havia forçado os britânicos a recuar da proposta de partilha e transferência, Ben-Gurion escreveu em seu diário: “vamos oferecer ao Iraque 10 milhões de libras palestinas pela transferência de cem mil famílias árabes da Palestina para o Iraque”. Ora, cem mil famílias significariam de 600 mil a 800 mil pessoas, o que representava na ocasião mais da metade da população palestina. Em 1941, em um memorando delimitando a política sionista a ser seguida no futuro, Ben-Gurion declarou que, apesar de ele acreditar que seria possível a transferência voluntária de segmentos do povo palestino, “uma transferência completa do grosso da população árabe só poderia ser forçada, através de uma transferência ‘compulsória e sem escrúpulos’⁴ – foram essas as suas palavras.

...a Organização Sionista implementava uma prática colonialista que implicava não a exploração da mão de obra árabe palestina mas a sua exclusão paulatina.

Vários anos depois, em maio de 1942, durante uma reunião da cúpula sionista no Hotel Biltmore de Nova Iorque, foi adotada uma estratégia maximalista, prevendo a formação de um “*commonwealth* judeu” sobre toda a Palestina do Mandato⁵. Assim, como diz Ilan Pappé, o espaço geográfico almejado pelo movimento mudou de acordo com as circunstâncias e oportunidades, mas o objetivo central permaneceu o mesmo: “a criação na Palestina de um Estado puramente judeu, tanto como um porto seguro para os judeus, quanto como berço de um novo nacionalismo judeu. Esse Estado tinha que ser exclusivamente judeu não apenas em sua estrutura sociopolítica, mas em sua composição étnica”⁶.

Como diria o historiador palestino Nur Masalha, a visão sionista de criação de um lar exclusivo judeu na Palestina estava intimamente ligada à ideia de transferência: a transferência de judeus da Europa para a Palestina e a transferência dos árabes palestinos para fora da Palestina⁷.

A limpeza étnica⁸ da Palestina: consequência da guerra de 1948?

Em 1948, a Palestina foi radicalmente transformada. No início desse ano, palestinos árabes constituíam